

REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

Autora: Doutora Lindalva José de Freitas- email-proflfreitas@yahoo.com.br
Universidade Autônoma de Assunção/PY

Coautor: Doutora Zélia Maria Melo de Lima Santos- email-
zeliammelo@hotmail.com
Universidade do Norte do Paraná/ PR

RESUMO

O estudo dialoga sobre como o curso de Letras de uma Instituição Superior Privada localizada numa cidade do interior de Pernambuco, vem preparando seus graduandos para atuarem na educação básica numa perspectiva inclusiva. Esta pesquisa busca responder a seguinte questão: como os documentos curriculares dessa instituição contribuem para a preparação dos futuros professores no que se refere a educação inclusiva? Dessa forma, verificou-se os instrumentos curriculares do curso de Letras em consonância com as diretrizes do MEC (Ministério da Educação) e os referenciais da formação de professores e da educação inclusiva. Esta pesquisa objetivou identificar como o curso de Letras de uma determinada Instituição vem preparando os futuros professores para promover a inclusão de alunos com deficiência, tendo como instrumento norteador a Matriz Curricular do curso de Letras. A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica e análise documental na perspectiva qualitativa por não requerer o uso de métodos e técnicas estatísticas (PRODANOV; FREITAS, 2013) e por oferecer subsídios para a reflexão sobre a realidade e os desafios para a formação de professores qualificados para atuação na educação básica. Para tanto, fez-se a análise de documentos da matriz curricular, ementa do curso de letras e a legislação do sistema educacional, visando identificar a presença, nos mesmos de disciplinas que tratem do ensino de alunos com deficiência, como instrumento favorecedor para atuar no contexto da diversidade no cotidiano educacional. De acordo com os resultados, o curso de licenciatura em letras da instituição investigada, segue recomendação do MEC quanto a educação inclusiva, no entanto apenas no sexto período apresenta a disciplina de Fundamentos Metodológicos para Portadores de Necessidades Especiais. Embora, a ementa trate do assunto como uma disciplina epistemológica, num campo teórico de saberes. Percebe-se que a Matriz Curricular, assim como a ementa do curso de letras não tem garantido os saberes pedagógicos necessários para responder às demandas da escola básica pública, principalmente em relação ao ensino de alunos com deficiência.

Palavras Chave: Formação de Professores, Educação Inclusiva, Matriz Curricular.

1-INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é constituída pela necessidade de cada cidadão participar e interagir da sociedade como ser de fato e direito. É a possibilidade da garantia dos direitos sociais e culturais. Uma forma de equiparar oportunidade igualitárias para todos, inclusive para aqueles, seja por condições econômicas, ou diversas no contexto social foram excluídos ou marginalizados da sociedade.

Assim a ideia de uma sociedade democrática, norteia-se pelo pressuposto da universalização dos direitos humanos, em que todos, independentemente de condição social ou cultural, possam exercer sua cidadania pautada no respeito e na valorização da pluralidade humana.

Na década de 90, surgiu uma preocupação quanto aos alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino, havendo um avanço no campo das políticas educacionais (VITALIANO; DALL'ACQUA, 2012).

O cenário da educação brasileira vem refletindo significativas mudanças, resultado dos movimentos sociais de democratização á escola básica e da educação inclusiva, colocando indagações quanto ao cotidiano escolar, ou seja, na formação de professores, no processo ensino aprendizagem e nas práticas pedagógicas

No entanto o acesso á escola básica não tem acompanhado a demanda de procura da sociedade, os investimentos e implantação de políticas públicas não são suficientes para atender o público de alunos com deficiência que buscam na escola o caminho para usufruir seus direitos no exercício de sua cidadania.

Como resultados dos constantes movimentos sociais, surge a Educação Inclusiva como busca de direitos e respeito a diversidade humana, por exemplo dos alunos com deficiência, os quais eram atendidos pelos serviços especializados, excluídos do cotidiano do ensino regular.

Compreende-se a educação inclusiva como:

[...] a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001, p. 39-40)

O processo de inclusão não baseia-se apenas na socialização, mas no desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, onde suas pluralidades assim como suas necessidades sejam respeitadas e valorizadas.

De acordo com Vitaliano e Dall'Acqua (2012), muitos professores se veem despreparados para atuar com a diversidade em suas salas de aula. Uma das causas dessa falta de preparo está nos cursos de formação de professores, em sua maioria, não oferecerem qualificações adequadas para o exercício de alunos com deficiência.

Prieto (2006 apud PEREIRA, 2012) destaca que a maioria dos cursos de formação de professores, mantêm as discussões relacionadas ao tema, restringidas a poucas disciplinas e a continuidade de estudos. Para a autora, os conhecimentos que os professores têm sobre a inclusão, limita-se a ao pensamento de que a sala de aula para alunos com deficiências, é apenas um espaço de socialização, não contemplando a transmissão e apropriação de conhecimento.

Ainda nessa perspectiva, Tessaro (2005, apud OLIVA, 2011), destaca em seus estudos que os professores que possuem em suas classes alunos com deficiências, sentem uma gama de sentimentos de medo, insegurança e impotência, indo ao desespero.

Sabemos que muito se tem avançado em relação ao atendimento do aluno com deficiência, porém não o suficiente para atender toda as demandas da sociedade contemporânea.

Dante as transformações no contexto educacional, a reorganização da escola coloca em evidencia a formação dos professores e, o que indica uma necessidade de mudanças dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, de forma que atendam às exigências do mundo atual.

Frente à essa realidade, a Instituição Privada de que trata esta pesquisa, inseriu uma disciplina sobre educação especial na matriz curricular do curso de Letras: “Fundamentos Metodológicos para Portadores de Necessidades Especiais”, visando preparar os futuros professores para essa nova realidade.

Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a matriz curricular do curso de licenciatura de Letras/Espanhol de uma Faculdade Privada localizada no interior do Estado de Pernambuco, visando identificar a presença de disciplinas e/ou conteúdos que tratem sobre a Educação Especial e a educação inclusiva na preparação de futuros professores de Letras para atuarem na educação básica com alunos com deficiência.

2- MARCOS LEGAIS: UM BREVE HISTÓRICO

O cenário brasileiro vem expandindo o movimento de educação inclusiva, nas últimas décadas, definindo políticas públicas, organizando instrumentos legais e elaborando diretrizes para garantir sua organização e efetivação. Entre tais documentos pode-se elencar a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2001), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), dentre outras regulamentações. Essas normativas preveem, dentre outras considerações, uma série de ações que o sistema educacional deve prover para atender à diversidade do alunado e firmar o compromisso do país em ser signatário da Declaração de Salamanca, encontro internacional, firmado em 1994, na Espanha, que influenciou as mudanças da educação brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº. 1/02, estabelecem que as instituições de ensino superior devam prever, em sua organização curricular, a formação docente para o atendimento da diversidade, contemplando conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com deficiência.

Apesar desses documentos, a educação inclusiva tem avançado no país apenas em relação à ampliação do acesso, o que não corresponde melhoria da qualidade dos processos educacionais, o que não proporciona condições de permanência do com deficiência.

Citando que, o Conselho Nacional de Educação publicou o Parecer 9/2001 CNE/CP (BRASIL, 2001), orientando a organização dos cursos de formação de professores. Ainda, com esse documento:

a educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001, p. 16).

No ano de 2002, são publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº. 1/02), as quais

estabelecem que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, a formação docente para o atendimento da diversidade, contemplando conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Norteando-se nas recomendações dos documentos citados, os cursos de formação de professores vêm incrementando seus projetos com a inserção de uma disciplina ou de conteúdos sobre a educação inclusiva e o ensino de alunos com deficiências, como, por exemplo, Fundamentos Metodológicos para Portadores de Necessidades Especiais.

Observando a expressão: “Portadores de Necessidades Especiais”, no Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo portador de deficiência (e suas flexões no feminino e no plural).

No entanto, entende-se que não se porta deficiência, pode-se afirmar que portamos objetos, diante dessa reflexão o termo utilizado nos dias atuais é “pessoa com deficiência”, sem especificação, esse termo é o resultado de debate mundial, assim os termos “pessoa com deficiência” e “pessoas com deficiência” são utilizados no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 13/12/06 pela Assembleia Geral da ONU. (SASSAKI -2003).

O que denota o termo arcaico como nome da disciplina “Fundamentos Metodológicos para Portadores de Necessidades Especiais” no curso de Letras.

Os estudos dessas políticas nos currículos dos cursos e na formação dos professores são insuficientes e recentes. Entretanto, cabe considerar que a inserção de apenas uma disciplina não irá promover avanços significativos na formação dos professores para o ensino de alunos com deficiências. É preciso ir além e possibilitar que os conhecimentos sobre as especificidades desses alunos sejam estudados, refletidos e pesquisados de maneira sistematizada, por diferentes disciplinas do curso, possibilitando aos futuros professores, competências para ensinarem com equidade.

2.1.A Formação do Professor e a Educação Inclusiva

A discussão sobre a inclusão escolar é um tema debatido em todo o mundo, e no Brasil, o tema ganhou notoriedade a partir da participação do país na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jontiem, Tailândia, em 1990. Entre as temáticas da Conferência, destaca-se o início da preocupação quanto a formação de educadores para a inclusão e escolarização adequada das pessoas com dificuldades de aprendizagem

A inclusão de pessoas com deficiências, marcadamente diferenciadas nos processos educativos, para além da atenção e do atendimento às suas necessidades individuais, implica no desenvolvimento de linguagens, discursos, práticas e contextos relacionais (MIRANDA; FILHO, 2012; MATTOS, 2014). Assim, a manifestação polifônica e o reconhecimento polissêmico e crítico entre todos os integrantes do processo educativo, a elaboração e a circulação de informações entre sujeitos também devem ser valorizados, de modo que se reconheçam e se auto organizem em relação de reciprocidade entre si e no ambiente sociocultural (MIRANDA; FILHO, 2012).

Essa mudança na concepção educacional e o novo olhar para o paradigma segregacionista, numa ótica inclusiva, e o aumento do acesso de alunos com deficiências na educação regular têm exigido das escolas e das universidades o fomento de ações que gerem práticas pedagógicas que acolham as singularidades dos estudantes em diferentes espaços educativos. Destaca-se, nessa nova realidade escolar, a importância da atuação do professor e a dinâmica da sala de aula, representadas pela formação docente, pelo trabalho pedagógico e pelas diferentes possibilidades educativas (MIRANDA, 2012).

Percebe-se, a necessidade de um investimento tanto na formação inicial quanto continuada do educador. Uma formação que seja baseada no paradigma do direito ético, do respeito e valorização da diversidade. Uma formação que considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. (MIRANDA; FILHO. 2012. pág.20)

Assim, na formação inicial, durante a graduação, todos os futuros professores da Educação Básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos deficiências, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva. (MIRANDA; FILHO. 2012. págs. 29 e 30).

No contexto, atual, o papel dos professores não se resume apenas a ensinar, eles precisam estarem aptos para enfrentarem as diferenças realidades vividas por seus seus alunos e nas relações interativas que se apresentam nas escolas (MATTOS, 2014; MOITA LOPES, 2002). Os resultados obtidos nas avaliações escolares nacionais e sua repercussão social atribuíram aos professores e à sua formação a responsabilidade pelo desempenho dos alunos e o fracasso escolar. A formação docente tornou-se, assim, um assunto primordial, urgente no contexto educacional.

Mattos (2014) ressalta que a postura autônoma esperada dos docentes deve ser trabalhada e incentivada antes mesmo do exercício profissional, ou seja, durante a sua formação inicial. Além disso, a autora enfatiza que a formação acadêmica que tem sido

disponibilizada aos professores, nos vários cursos de licenciatura, configura-se pouco consistente frente às atribuições e demandas que, principalmente, a diversidade sociocultural vem solicitando desses profissionais (MATTOS, 2014). Isso acontece, segundo a autora, sobretudo, a uma formação que se projeta, em sua totalidade, sob a perspectiva técnica. Os cursos de licenciatura e formação de professores precisam ser (re)pensados, segundo Mattos (2014), de modo que favoreçam a formação de um profissional reflexivo, crítico e atuante nas ações transformadoras frente às diversidades que se fazem presentes no seu campo profissional.

Assis, em seus estudos apontam que:

[...] as políticas de formação de professores ainda necessitam de qualificada infraestrutura e que as relações com concepções de interação e interdisciplinares, a desfragmentação da organização curricular, ainda com o privilégio das disciplinas, compõem dificuldades na formação de professores. (p. 10)

No mesmo viés, muitas pesquisas sobre a Educação Inclusiva constataram que “um dos maiores obstáculos é atender adequadamente esses alunos em sala de aula comum continua sendo a falta conhecimento dos professores” (PLETSCH, 2010, p. 237).

Conforme Mantoan (2015) “O professor, da mesma forma, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade do alunado, que é tão almejada pelos que apregoam a (falsa) homogeneidade das salas de aula” (p.42).

É imprescindível reconhecer e superar as dicotomias que, historicamente, se articulam no espaço escolar, as teorias assumem papel de destaque no fazer docente, não para reproduzi-las alienadamente, mas com elas construir estruturas que interajam com as mudanças sociais. Afinal, os avanços são contínuos e as transformações não têm um momento final definido e com isso os professores, enquanto profissionais, são “chamados a dominar e a ensinar um conjunto de conhecimentos e matérias que acompanham a complexidade da informação e conhecimento que caracterizam as sociedades contemporâneas” (RODRIGUES; RODRIGUES, 2011, p.91).

A formação docente com princípios para a inclusão também é defendida por Rodrigues (2012), quando relata que a formação inicial de professores com relação à inclusão, deveria ser feita contemplando em cada disciplina da formação conteúdos que pudessem conduzir a uma atuação inclusiva.

Devem ser inseridas como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, conhecimento de práticas pedagógicas inclusivas, técnicas que facilitem o acesso da pessoa com deficiência ao ensino regular (VITALIANO, 2012).

A docência tornou-se um campo complexo e diversificado, a ideia de transmissão de conhecimento acadêmico não supre as necessidades de uma sociedade a cada dia em transformação e com novas exigências.

Um das inquietudes dos professores é a alegação que durante sua formação inicial, ou seja, acadêmica, não terem disciplinas que abordem conteúdos efetivos sobre educação inclusiva.

Assim, Terra e Gomes (2013) concluem que existe a necessidade de questionamentos tanto na qualidade e eficácia dos cursos quanto nas políticas de formação inicial e continuada oferecida aos professores.

O processo da educação inclusiva não diz respeito somente à atuação do professor, mas sem ele o sucesso de aprendizagem desses alunos não é alcançado. Nesse sentido, essas questões nos fazem olhar para as instituições formadoras e, principalmente a universidade brasileira no que se refere à formação do professor que atua com alunos com ou não deficiências, buscando soluções que possam sanar e redesenhar o processo de ensino.

A inclusão educacional exige professores preparados para agir na diversidade, compreender as diferenças e valorizar as potencialidades de cada estudante, favorecendo, assim, segundo Pimentel (2012), a aprendizagem de todos.

A ausência desta formação provoca o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Está matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo (PIMENTEL, 2012, p. 140).

Gonzalez (2002, p. 241), confirma esta ideia, destacando que:

Em todo processo educativo, a competência profissional dos professores, sua capacidade para planejar situações de aprendizagem, realizar processos de adaptação de currículo, elaborar pontos de trabalho em equipe, etc., adquire uma grande relevância, que nos parece decisiva para o êxito ou para o fracasso do tal processo.

Para além de conhecimentos que ressaltem o domínio sobre as necessidades especiais, métodos de ensino e técnicas de diagnóstico, deve-se oportunizar uma formação que permita a reflexão sobre a realidade educacional atual, suas políticas, dinâmicas, legislação, etc. Deve, ainda, conduzir a questionamentos e reflexões sobre a prática. É preciso desviar o foco da ideia de que há fórmulas prontas e adequadas a cada

tipo de deficiência, para enfatizar o estudo pertinaz, a criatividade, a troca de saberes entre os profissionais. Nos dizeres de González: “[...]”

tratar-se-ia de formar professores analíticos, reflexivos e críticos, dotados de uma atitude positiva para dinamizar o processo integrador, num plano de formação que parta do desenvolvimento de atitudes próprias a pessoas reflexivas” (GONZÁLEZ,2002, p. 259).

Pensar sobre a formação dos professores no curso de letras é dialogar sobre as medidas propostas no currículo visando a diversidade. No ambiente acadêmico é necessário que o graduando tenha contato com disciplinas e atividades que discriminem o padrão homogêneo a fim de que a efetivação da inclusão na sala de aula torna-se concreta no ensino regular. Para isso, é importante a discussão crítica sobre o ensino, a pesquisa e a extensão no ambiente acadêmico.

3- METODOLOGIA

Sob o ponto de vista metodológico, o presente estudo tem como foco a pesquisa de abordagem qualitativa por esta permitir, dentre outros aspectos, a descrição, análise e avaliação dos dados de forma articulada e aprofundada, sendo o pesquisador seu principal instrumento (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Nesse sentido, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa por não requerer o uso de métodos e técnicas estatísticas (PRODANOV; FREITAS, 2013) e por oferecer subsídios para a reflexão sobre a realidade e os desafios para a formação de professores para atuação na educação básica. O levantamento do referencial teórico se deu por meio da pesquisa bibliográfica e documental, contribuindo posteriormente para uma análise sistemática dos dados coletados, onde os pesquisadores atuaram "verificando a veracidade dos resultados obtidos" (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Campoy (2016, p.231, apud DENZÍN e LINCOLN, 2011): “A investigação qualitativa é uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável, materiais práticos que fazem visibilidade ao mundo” (p.3).

Tendo em vista os objetivos do estudo, ou seja, conhecer como os conteúdos sobre Educação Especial têm sido abordados no curso de Licenciatura em Letras de uma Faculdade Privada, localizada no interior de Pernambuco, optou-se por analisar a matriz curricular, a partir da ementa.

Neste estudo, não houve caracterização da instituição de ensino superior participante, tendo em vista que o objetivo foi a análise da proposta curricular do curso em questão, à luz das políticas nacionais de formação de professores, com destaque para a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

Após a seleção da pesquisa documental, foram feitas leituras exploratórias e minuciosas das informações descritas em cada documento, sendo a atenção direcionada para a organização da matriz curricular, disciplinas obrigatórias específicas da formação de professores e sua respectiva ementa. Tais informações foram destacadas e organizadas para posterior análise.

Para o conhecimento e a análise das disciplinas procurou-se, nas ementas, conteúdos que contemplassem temas relativos à Educação Especial numa perspectiva inclusiva.

Com base no estudo de Macedo (2010), para a localização, nas ementas, de conteúdos relacionados à Educação Especial, foram utilizados alguns descritores. Esses descritores foram selecionados tendo em vista sua importância na área de Educação Especial, são eles: Educação Especial; Necessidades Educacionais/Educativas Especiais; Diversidade; Deficiência; Transtorno; Altas Habilidades/Superdotação; Deficiente; Inclusão; Educação Inclusiva; LIBRAS.

3.1. Resultados e Discussão

A seguir serão apresentados os resultados referentes à análise curricular do curso de Licenciatura em Letras/Espanhol de uma Faculdade Privada. O Curso de Letras dessa instituição conta na sua totalidade curricular com 40 disciplinas. Sendo que, trinta e três são disciplinas obrigatórias específicas do futuro professor em Língua Portuguesa e Espanhol e sete são disciplinas na área de educação para formação de professores, de conhecimentos pedagógicos, a saber: Metodologia Científica, Sociologia e Educação, Didática e Tecnologia Educacional, Psicologia e Educação, Fundamentos Metodológicos para Portadores de Necessidades Especiais, Filosofia e Educação e Organização e Política da Educação Brasileira. O curso conta também na matriz curricular com duas disciplinas optativas intituladas: Ética e Educação e Educação à Distância.

Dentre as disciplinas citadas, verificou-se que apenas a disciplina de Fundamentos Metodológicos para Portadores de Necessidades Especiais traz algum tipo de conteúdo sobre educação especial ao curso de Licenciatura em Letras/Espanhol. É importante destacar que essa disciplina é oferecida em caráter efetivo, obrigatório, porém sendo ofertada apenas no 6º Período,

ou seja último período do curso, com carga horária de 60 horas e de caráter teórico e não possui pré-requisitos. Além disso, o nome da disciplina “Portadores de Necessidades Especiais” nos leva ao questionamento de uma nomenclatura arcaica e ultrapassada. Nos dias atuais utilizamos o termo “ pessoa com deficiência”.

Sua ementa sugere que ela trata da Concepção de educação especial. Fundamentos legais da educação especial. Caracterização das necessidades especiais ao longo da história e sua consideração atual. Definição, terminologia, classificação das categorias dos portadores das necessidades especiais na família e na sociedade. O contexto social e o trabalho. Educação dos portadores de necessidades especiais na perspectiva da inclusão. Metodologia de ação.

Contudo, não encontramos nenhuma abordagem voltada especificamente para o ensino de pessoas cegas, surdas nem sobre a linguagem e nem produção de material pedagógico voltado para alunos com deficiência.

A situação é preocupante, pois, como apontam diversas pesquisas (PEREIRA, 2012; ULIANA, 2012; VITALIANO; DALL’ACQUA, 2012; OLIVA, 2011), o despreparo dos professores ao lidar com alunos com necessidades educacionais especiais em classes inclusivas é um desafio da atualidade.

Em seguida, procuramos verificar a existência (ou não) de outras disciplinas distintas de Educação Especial, que abordassem a questão da inclusão em sua ementa. Para isso, analisamos a matriz e também a ementa das disciplinas do referido curso.

Nesse contexto, a partir das disciplinas encontradas acima, partiremos, para a análise de cada uma, com o objetivo de verificar se há alguma preparação na Formação dos Professores para lidar com os diferentes contextos da educação inclusiva.

Partindo da disciplina de Psicologia e Educação que dentre os conteúdos previstos na ementa têm-se: Compreensão da psicologia como ciência e o reconhecimento de sua contribuição para o fazer pedagógico com vistas formação do cidadão numa perspectiva crítica e de compromisso com a diversidade presente na educação. O que se observa nessa ementa é a preocupação com a formação crítica do cidadão e a diversidade na educação, porém não há referência da disciplina quanto a educação inclusiva.

Verificou-se também que a disciplina Sociologia e Educação, contempla em sua ementa: Compreensão das Ciências sociais e suas influências na educação brasileira desde a consolidação do capitalismo até os dias atuais, bem como na formação da cidadania. Portanto, verifica-se que a ementa da disciplina de Sociologia e Educação não norteia caminhos para as discussões referente a diversidade, pluralidade e inclusão.

A ementa da disciplina de Metodologia Científica enfoca: Conhecimento do processo do pensamento científico discernindo acerca do instrumental teórico-prático

para o desempenho das atividades acadêmicas e profissionais e para elaboração de trabalhos científicos.

Enquanto que, a ementa de Didática e Tecnologia Educacional trás no seu enfoque: Análise da didática na formação dos professores e a interpretação das concepções pedagógicas e suas repercussões na prática educativa. Conceito de Tecnologia e Tecnologia Educacional. Conceito de Inovação e Inovação Educacional. Evolução da Tecnologia Educacional e perspectivas. Tecnologia, Escola e Trabalho Docente. Tecnologia Educacional e Educação à Distância. Avaliação e utilização do vídeo, da informática e da telemática (Internet) com objetivos educacionais.

A disciplina de Filosofia e Educação traduz em sua ementa: Filosofia e Educação: reflexões filosóficas sobre a educação; o processo educativo, seu significado, interações, propósitos, técnicas e limites. Os agentes educativos. Síntese do pensamento filosófico, seus aspectos epistemológicos e éticos, bem como teorias que servem de justificativas para mudanças pedagógicas do pensamento greco-romano à Paulo Freire.

Ainda a disciplina de Organização e Política da Educação Brasileira tem os seguintes aportes na sua ementa: Compreensão dos Fundamentos filosóficos, históricos, socioeconômicos e políticos da Educação Brasileira seus fundamentos legais e o conhecimento dos aspectos físicos, pedagógicos e administrativos das Políticas Públicas para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Quanto as disciplinas optativas, consta na Matriz Curricular como ofertada a disciplina de Ética e Educação com a ementa: Estatuto epistemológico da Ética e da Moral. Caracterização e desenvolvimento histórico da Ética. Análise dos Códigos de Ética dos profissionais dos cursos oferecidos pelo Instituição. Análise sob o ponto de vista ético, de temas existenciais, ligados direta ou indiretamente à carreira profissional. Papel ético- político do profissional da educação no desempenho de sua vida profissional.

Dessa forma, verifica-se na matriz Curricular a importância das disciplinas e práticas pedagógicas; no entanto, tais recomendações são restritas ao ensino de conceitos e ao domínio por parte dos alunos de conteúdos procedimentais.

Nota-se, portanto, que a Matriz Curricular do Curso de Letras valoriza a formação específica do professor e indica que as disciplinas pedagógicas gozam de menor carga horária, quando comparadas às disciplinas específicas. A inclusão de apenas uma disciplina relacionada ao ensino de alunos com deficiências é um fator que reforça essa tendência.

Consequentemente, dificilmente o professor egresso do curso em questão poderá responder efetivamente às demandas impostas pelos contextos escolares nos quais atuará, principalmente, em relação ao ensino de alunos com deficiência.

Outro ponto interessante, diz respeito à disciplina de LIBRAS, não foi citada na matriz curricular do curso de Letras da instituição. Em contrapartida, o Decreto n.5626, que regulamenta a inclusão de LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, refere-se ao ano de 2005, o que indicado um descompasso entre o curso realizado e os documentos legais do MEC (Ministério de Educação).

De acordo com os resultados, o curso de licenciatura investigado não mostra nenhum indicativo de reorganização na direção das políticas de educação inclusiva.

Nesse sentido, se a formação inicial desse profissional continuar baseada, em sua maior parte em conteúdos específicos de cada área de conhecimento, ou seja, com preparação didática mínima, a exclusão escolar de alunos com deficiências estará sendo mantida, pois há pouco espaço para a difusão de informações acerca da inclusão no contexto da formação (VITALIANO; DALL“ ACQUA, 2012).

Através da análise das ementas e da Matriz Curricular, verificou-se que o curso de Letras da Instituição estudada, não prepara o graduando para uma compreensão crítica e contextualizada do papel da escola e do trabalho docente. Especificamente não prepara seus futuros professores para atuarem nas diferentes realidades e contextos inclusivos da educação básica.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que as políticas de formação de professor na perspectiva da educação inclusiva não têm tido impacto nos currículos dos cursos de formação de licenciatura, especificamente no de Letras de uma Faculdade Privada, localizada no interior do Estado de Pernambuco.

O curso analisado não mostra nenhum indicativo de reorganização efetiva no sentido de atender às políticas de educação inclusiva, as quais têm recomendado a inserção nos cursos de licenciatura de conteúdos e/ou disciplinas que tratam do ensino de alunos com deficiências. Além disso, a análise aponta para a necessidade de estudos que se proponham a analisar o movimento de organização dos cursos de licenciatura frente às políticas de inclusão, especificamente em relação à criação de espaços formativos de reflexão e ressignificação das concepções e conhecimentos acerca da educação inclusiva e do ensino do aluno com deficiência, assim como as nomenclaturas apropriadas da educação inclusiva.

Cabe considerar que, apenas a inserção de apenas uma disciplina no currículo do curso de Letras não irá resolver o problema discutido nesse estudo acerca da formação do professor para a educação inclusiva; ou seja, não irá garantir a aquisição dos saberes necessários para uma prática docente capaz de favorecer a aprendizagem de todos os alunos, inclusive daqueles com deficiências. Contudo esta disciplina representa um espaço privilegiado inicialmente para fomentar a reflexão da educação como direito de todos os alunos, para adquirir conhecimentos sobre os diferentes serviços de educação especial existentes e seus respectivos papéis no contexto da educação inclusiva.

Entretanto, os dados obtidos indicam que é necessário ir além e realizar um estudo mais aprofundado a partir da análise dos programas e planos de ensino das disciplinas que tratam de conteúdos sobre Educação Especial, visando identificar as concepções norteadoras os conteúdos priorizados, os referenciais teóricos selecionados, dentre outros aspectos.

Concluiu-se que a organização curricular do curso de licenciatura em Letras da Instituição analisada não tem garantido os saberes pedagógicos necessários para responder às demandas da escola básica pública, principalmente em relação ao ensino de alunos com deficiências.

4- REFERÊNCIAS

ASSIS, Maria Celina de. Licenciaturas nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: implantação e desafios. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei n. 9394/96. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

_____. Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. Brasília: UNESCO, 2001.

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília: Imprensa oficial, 2001.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Portaria Ministerial nº 1793 SEESP/MEC, de 27 de dezembro de 1994. In: Diário Oficial da União de 28/12/1994. Disponível em: <www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/naac/docs/portarias_res/por_1793_94.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2008.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC: SEESP, de janeiro de 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 2/2001, de 11 set. 2001. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2001.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. Lei no. 8069, de junho 1990. Brasília: Imprensa Oficial, 1990.

_____. 2001. Parecer CNE CNE/CP no. 9, de 18 de jan. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 04/08/2017.

CAMPOY, T. (2016) Metodología de la investigación científica. Ciudad del Este (py) U.N.C. del Este.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S. de S. 2009. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília, UNESCO, 294 p.

MACEDO, N.N. 2010. Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas. São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 140 p.

MANTOAN, M. T. E. (2010). O desafio das diferenças nas escolas. Editora Vozes Limitada.

MANTOAN, M. T. E. (2015). Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?. Summus Editorial.

MATTOS, L. N. dos S. Identidade e representações: a formação inicial do professor de língua (s) nas malhas da inclusão. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Orgs.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p.123-138.

MIRANDA, Terezinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. O professor e a educação inclusiva -formação, práticas e lugares. Organizadores- EDUFBA-Salvador-2012.

MIRANDA, T. G. O grupo de pesquisa em educação inclusiva e necessidades educacionais especiais do PPGE/UFBA. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Orgs.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p.123-138.

OLIVA, D. V. A educação de pessoas com deficiência visual: inclusão escolar e preconceito. 2011. 246 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2011.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Orgs.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p.139-155.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2.ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. 2603.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Edur, 2010. Série Docência.

RODRIGUES, S. M. Educação inclusiva e formação docente. Diversa: educação inclusiva na prática. 012009, 2012.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de Professores e Inclusão: como se renovam os reformadores? In: RODRIGUES, David (Org.). Educação Inclusiva. Dos conceitos às práticas de formação. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2011. Coleção Horizontes Pedagógicos.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão Social. I Seminário de Políticas Públicas do Município de Limeira. SP, Limeira, 24 de setembro de 2003.

TERRA, R.N.; GOMES, C.G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. Revista Educação Especial, Santa Maria, v.26, n.45, p.91-118, 2013.

GONZÁLEZ, José António Torres. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002

VITALIANO, C. R.; DALL'ACQUA, M. J. C. Análise das diretrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em relação à formação de professores para inclusão de alunos com necessidades especiais. Revista Teias, v. 13, n. 27, p. 103-121, jan – abril, 2012.

VITALIANO, C. R.; NOZI, G. S. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, maio/ago. 2012.